



## **CAUSAS DE DESEQUILÍBRIO MENTAL E EMOCIONAL NA PERCEPÇÃO DE COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

**Evandro Duarte, Camila Cunha, Suzete Antonieta Lizote**

Administração - Administração de Empresas

### **Resumo**

O presente estudo teve como objetivo identificar as causas de desequilíbrio mental e emocional na percepção de coordenadores de cursos de graduação de uma universidade comunitária localizada em Santa Catarina. A investigação adotou abordagem quantitativa, com delineamento descritivo e transversal, valendo-se do método survey. A amostra foi composta por 86 coordenadores, selecionados entre 104 docentes em cargos de liderança acadêmica. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário estruturado em três seções, contendo informações sociodemográficas e itens baseados no modelo de Alvarenga e Bagatini (2024). A análise descritiva foi realizada a partir de médias, frequências relativas e medidas de dispersão. Os resultados apontaram a sobrecarga de papéis e responsabilidades como principal causa do sofrimento psíquico, seguida do clima organizacional conflituoso e das condições problemáticas de trabalho. Em contrapartida, as menores médias foram observadas em itens relacionados a mudanças recentes na carreira e ambiguidade de funções. Os achados ampliam a compreensão teórica sobre riscos psicossociais e contribuem para a formulação de políticas institucionais que promovam ambientes mais saudáveis, em consonância com diretrizes legais nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

### **Introdução**

A saúde mental tem assumido centralidade nos debates acadêmicos e organizacionais, especialmente após a pandemia de Covid-19, período em que se intensificaram os sintomas de sofrimento psíquico na população brasileira. Relatórios do Ministério da Saúde (2023) e estudos internacionais evidenciam que o trabalho é um dos principais determinantes da saúde mental, podendo atuar como fator protetivo ou de risco. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2019) ressalta que fatores psicossociais como sobrecarga de trabalho, ausência de apoio institucional, baixos níveis de autonomia e ambientes organizacionais hostis elevam a vulnerabilidade a transtornos como estresse crônico, depressão, ansiedade e burnout.

O cenário educacional apresenta particularidades que tornam professores e gestores acadêmicos mais suscetíveis ao adoecimento emocional. Revisões de literatura (Diehl; Marin, 2016; Sousa et al., 2019) e relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da UNESCO (2022) demonstram que docentes e líderes em instituições de ensino figuram entre os grupos mais afetados por estresse ocupacional e exaustão emocional. Entre coordenadores de cursos, a situação é agravada pela necessidade de conciliar funções administrativas, pedagógicas e acadêmicas em ambientes altamente produtivistas (Oliveira; Pereira; Lima, 2017).

O reconhecimento da saúde mental como direito social avançou no Brasil com a instituição da Política Nacional de Saúde Mental no Trabalho (Lei nº 14.831/2024) e com a obrigatoriedade da gestão de riscos psicossociais prevista na NR-01 (2020). No entanto, ainda são limitadas as iniciativas voltadas especificamente para líderes acadêmicos, grupo que exerce papel estratégico e, ao mesmo tempo, está sujeito a forte pressão emocional (Alvarenga; Bagatini, 2024).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo identificar as principais causas de desequilíbrio mental e emocional na percepção de coordenadores de cursos de graduação de uma universidade comunitária de Santa Catarina, fornecendo subsídios teóricos, práticos e sociais para o enfrentamento desse fenômeno.

### **Método**

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, de abordagem quantitativa e delineamento transversal. De acordo com Fachin (2017), estudos descritivos buscam expor características de uma população ou fenômeno, sem a intenção de estabelecer relações de causalidade. O procedimento técnico empregado foi o levantamento (survey), que, segundo Martins e Theóphilo (2016), consiste na coleta direta de informações de uma amostra representativa, permitindo a análise de comportamentos, percepções e atitudes.



O universo da pesquisa compreendeu 104 professores que atuam como coordenadores de cursos de graduação em uma universidade comunitária de Santa Catarina. A amostra foi composta por 86 coordenadores, obtida de forma não probabilística, por adesão voluntária. O instrumento de coleta foi um questionário estruturado e autoaplicável, dividido em três seções: (i) apresentação do estudo e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (ii) informações sociodemográficas; e (iii) itens relacionados às causas de desequilíbrio mental e emocional, baseados no modelo de Alvarenga e Bagatini (2024), que elenca fatores psicossociais e organizacionais associados os quais os respondentes deveriam indicar seu grau de concordância.

O questionário passou por pré-teste com cinco coordenadores e dois professores especialistas, assegurando clareza e pertinência dos itens. Após ajustes pontuais, foi disponibilizado na plataforma Google Forms e aplicado entre maio e junho de 2025.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas no software Microsoft Excel® e analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências relativas, médias aritméticas, desvios-padrão e intervalos de confiança. Essa estratégia permitiu identificar os fatores mais frequentemente associados ao desequilíbrio emocional e compreender a intensidade de sua percepção entre os respondentes.

## Resultados e Discussões

A caracterização da amostra revelou média de idade de 45 anos e tempo médio de trabalho de 12 anos. A maioria dos participantes foi composta por mulheres (54%), vivendo em união estável (81%) e com filhos (72%). Grande parte declarou possuir experiência prévia em outras instituições de ensino, e 28% relataram tempo de vínculo superior a 22 anos.

Quanto às causas de desequilíbrio mental e emocional, os resultados indicaram sobrecarga de papéis e responsabilidades como principal fator (média = 6,60; DP = 0,52), revelando concordância quase unânime entre os coordenadores. Esse achado reforça a literatura sobre intensificação do trabalho docente (Sousa et al., 2019; Oliveira; Pereira; Lima, 2017), que evidencia a sobreposição de papéis e a consequente dificuldade em conciliar vida pessoal e profissional.

O segundo fator mais crítico foi o clima organizacional conflituoso (média = 5,90; DP = 0,99). Estudos como os de Arnetz, Lucas e Arnetz (2011) e Maeno e Paparelli (2013) corroboram a relação entre conflitos interpessoais, hostilidade no ambiente laboral e deterioração da saúde mental. Tais achados revelam que, além da carga quantitativa de trabalho, aspectos qualitativos do clima organizacional exercem forte influência sobre o bem-estar dos líderes acadêmicos.

Em seguida, destacaram-se condições problemáticas de trabalho (média = 5,70) e a percepção de falta de engajamento da equipe mesmo sob liderança transformadora (média = 5,50). Esse desalinhamento reforça as análises de Marques, Borges e Neves (2016) sobre resistência à mudança e cultura organizacional tóxica, que podem reduzir a motivação coletiva e intensificar a frustração dos líderes.

Outros fatores de destaque foram a carga de trabalho diária excessiva (média = 5,40), a ausência de feedback (média = 5,40) e os conflitos interpessoais frequentes (média = 5,30). A literatura aponta que a falta de reconhecimento institucional e de apoio organizacional agrava o sofrimento psíquico e contribui para a perpetuação de práticas laborais prejudiciais (Diehl; Marin, 2016; Ferreira; Vasconcelos, 2016).

Por fim, itens como mudanças recentes na carreira (média = 5,10) e ambiguidade de funções (média = 5,10) apresentaram menores médias, embora ainda indiquem presença relevante de fatores de risco. Esses achados estão em consonância com Cavanaugh et al. (2000) e Khan, Mehmood e Khan (2023), que associam a ambiguidade e a pressão por resultados à elevação do estresse ocupacional.

De maneira geral, os resultados confirmam a literatura sobre riscos psicossociais no ambiente acadêmico (Bono et al., 2013; Spinelli, 2022), evidenciando que a ausência de políticas de promoção de bem-estar e de estratégias preventivas intensifica o sofrimento psíquico. O estudo também destaca a relevância de ações institucionais alinhadas à NR-01 (2020) e à Lei nº 14.831/2024, que exigem das organizações a adoção de medidas para preservação da saúde mental dos trabalhadores.

## Considerações Finais

O estudo identifica que a sobrecarga de papéis e responsabilidades é a principal causa de desequilíbrio mental e emocional dos coordenadores de cursos. O clima organizacional conflituoso aparece como segundo fator mais crítico. As condições problemáticas de trabalho contribuem para intensificar o sofrimento psíquico. A ausência de feedback e a carga de trabalho diária excessiva agravam a percepção de desgaste. As menores médias referem-se à ambiguidade de funções e a mudanças recentes na carreira. Os resultados reforçam que fatores organizacionais e psicossociais são determinantes para o bem-estar dos coordenadores. O estudo contribui teoricamente ao ampliar a literatura sobre saúde mental em



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

lideranças acadêmicas. Contribui na prática ao oferecer subsídios para políticas institucionais de promoção da saúde mental. Socialmente, evidencia a importância de ambientes de trabalho saudáveis para o cumprimento dos ODS 3 e 8. A pesquisa apresenta limitações quanto ao caráter transversal e à amostra restrita a uma única instituição. Sugere-se que estudos futuros adotem metodologias mistas ou longitudinais para ampliar a compreensão do fenômeno.

**Palavras-chave:** Saúde mental; desequilíbrio emocional; desequilíbrio mental.

### Referências

ALVARENGA, S. N.; BAGATINI, F. Z. Saúde mental dos líderes: o ponto cego das organizações. *GV-executivo*, v. 23, n. 3, p. 0-0, 2024. DOI: <https://orcid.org/0000-0001-8759-0960>

ARNETZ, B. B.; LUCAS, T.; ARNETZ, J. E. Organizational climate, occupational stress, and employee mental health: mediating effects of organizational efficiency. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, v. 53, n. 1, p. 34-42, 2011. DOI:10.1097/JOM.0b013e3181f105b